

PÓS-GRADUAÇÃO E ASSIMETRIAS INTRARREGIONAIS: PROPOSIÇÃO DE NOVAS POLÍTICAS

Luiz Carlos Lückmann
Universidade do Oeste de Santa Catarina – Brasil
luiz.luckmann@unoesc.edu.br

RESUMO

O texto levanta a problemática das assimetrias intrarregionais na distribuição dos programas de pós-graduação (PG), tendo como cenário as mesorregiões do estado de Santa Catarina, Brasil. Trabalhou-se com a hipótese de que as assimetrias são geradas pela ineficiência das políticas adotadas para a solução do problema. Buscou-se contrapor as atuais políticas de PG praticadas pela CAPES com a posição de professores e dirigentes universitários. Optou-se por fazer estudo qualitativo, de caráter exploratório, utilizando-se de fontes secundárias e de pessoas envolvidas no processo. Desse debate, resultou um conjunto de proposições de novas políticas, apresentadas ao final do texto, como alternativas para o problema em análise.

Palavras-chave: Pós-graduação. Assimetrias. Novas políticas.

1 A PROBLEMÁTICA DE FUNDO

O objeto do presente estudo traz para a discussão as políticas de pós-graduação (PG) formuladas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e sua relação com as assimetrias existentes na distribuição dos programas junto às mesorregiões do estado de Santa Catarina. As assimetrias no sistema de PG são um fato. Podem ser constatadas entre regiões, entre instituições, nas mesorregiões, estados e entre áreas de conhecimento, quando não intra-institucionalmente. A própria CAPES reconhece o problema em seus documentos, em especial, no Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG 2011–2020), quando afirma:

[...] não há dúvidas de que grandes assimetrias ainda persistem em vários níveis: em termos quantitativos, na distribuição geográfica dos programas pelo país; em termos qualitativos, na distribuição dos conceitos dos programas constatados pela avaliação da CAPES; em termos de área de conhecimento, como demonstram os dados apresentados no documento referência do PNPG 2011-2020. (2011, p. 145).

As origens do problema são diversas. Uma delas, a que se pretende discutir nesse estudo, tem a ver com as políticas da CAPES no combate às assimetrias regionais e intrarregionais, uma vez que são geradas pelo próprio sistema. Para elucidar essa problemática, buscou-se contrapor as atuais políticas de PG formuladas pela CAPES com a posição de dirigentes e professores universitários de quatro universidades comunitárias¹ localizadas na mesorregião Oeste Catarinense. Não se coloca em discussão a competência da CAPES no processo de implantação, expansão e consolidação da PG *stricto sensu* nesses mais de 60 anos de atuação. Contudo, uma questão nem sempre é levantada: expansão para onde e consolidação do quê? Consultando o *site* da CAPES, lá encontramos: o estado de Santa Catarina conta com 207 cursos de mestrado e doutorado, dos quais 117 (56,5%) ofertados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 30 (14,5%) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 54 (26,1%) pelas instituições comunitárias pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e seis (2,9%) por outras instituições de ensino superior.

Considerando-se o número de programas, poder-se-ia afirmar que, em Santa Catarina, a PG estaria consolidada. Contudo, analisando-se a distribuição dos cursos por mesorregião, as assimetrias intrarregionais aparecem de forma gritante: 96,61% dos programas foram criados e expandiram-se em mesorregiões localizadas na faixa litorânea do estado. O que explicaria esse fenômeno? Algumas variáveis podem estar fazendo parte desse cenário: a concentração dos programas de pós-graduação (PPG) na UFSC; a predominância de maior número de universidades na faixa litorânea; a atratividade que o litoral exerce na fixação de doutores, como mostram os dados da CAPES; a predominante concentração do desenvolvimento social, econômico e demográfico nas mesorregiões litorâneas, entre outras. Tais variáveis explicitam uma lógica contraditória com a missão a que se propôs a CAPES e com a concepção contemporânea de desenvolvimento presente nas políticas públicas de estado, cujo ideário contempla a descentralização (IPEA, 2009).

¹ Segundo MACHADO, a universidade comunitária é modelo brasileiro de instituição de educação superior “resultado da associação de esforços dos diversos segmentos sociais – desde o poder público local (municipal) a setores organizados da sociedade civil – preocupados em alavancar o desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades, situadas em regiões pouco atendidas pelos poderes públicos Estaduais e Federais, no que ao ensino superior se refere” (2009, p. 75).

Com base nessa problemática inicial, o presente estudo teve como objetivos: levantar e analisar os dados da PG no estado de Santa Catarina e suas mesorregiões; confrontar tais dados com a realidade de universidades localizadas no interior do estado; ampliar a interlocução com essas universidades, ouvindo o que pensam professores e dirigentes a respeito; propor elementos para a formulação de políticas públicas indutoras da descentralização da PG dos grandes centros. Optou-se por fazer estudo qualitativo, de caráter exploratório, utilizando-se de fontes secundárias e de pessoas envolvidas com a gestão universitária e o *stricto sensu* da região.

2 EXPANSÃO ASSIMÉTRICA

No ano de 2011 titularam-se no Brasil 42.830 mestres e 12.217 doutores. Aparentemente, os números são significativos e confirmam a expansão e consolidação da PG no país. Contudo, esses dados precisam ser analisados não apenas em seus aspectos quantitativos. Importa perguntar: onde se formam e para onde vão esses milhares de novos mestres e doutores a cada ano? Para responder a essas questões, selecionou-se alguns dados publicados pelo *site* da CAPES (2013a), com a finalidade de mostrar e analisar como são produzidas as assimetrias na distribuição geográfica dos PPGs no país e, em específico, no estado de Santa Catarina.

A primeira contradição manifesta-se na distribuição dos PPGs entre os estados da federação, quando se observa grande concentração dos cursos nas unidades da federação de maior desenvolvimento demográfico e socioeconômico. Os estados pertencentes à região Sudeste concentram 49,59% dos cursos de PG existentes no país. São 1.386 cursos de mestrado, 253 cursos de mestrado profissional e 1.003 cursos de doutorado, totalizando 2.642 cursos. Somando-se os cursos ofertados na região Sul, onde se encontra a segunda maior concentração, as duas regiões detêm 70% dos cursos de mestrado e doutorado ofertados no país. Os 30% restantes são distribuídos entre os demais estados da federação. O quadro a seguir apresenta a distribuição dos cursos de mestrado e doutorado nas regiões do país.

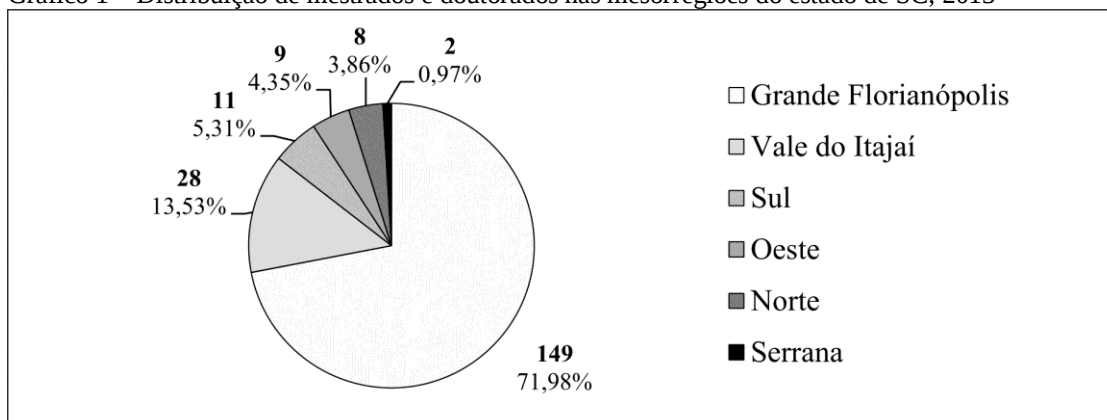
Tabela 1 – Distribuição dos cursos de mestrado e doutorado nas regiões do país, 2013

Região	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissional	Total
Brasil	3.009	1.819	500	5.328
Centro-Oeste	252	123	33	408
Nordeste	591	270	88	949
Norte	154	59	29	242
Sudeste	1.386	1.003	253	2.642
Sul	626	364	97	1.087

Fonte: CAPES, 2013a.

Tomando como exemplo o estado de Santa Catarina, observa-se a segunda contradição: as assimetrias na distribuição dos cursos de mestrado e doutorado não são visíveis se comparadas aos demais estados da Federação, mas quando a distribuição desses mesmos cursos é feita com base nas mesorregiões geográficas, elas saltam aos olhos, como pode ser observado no gráfico a seguir.

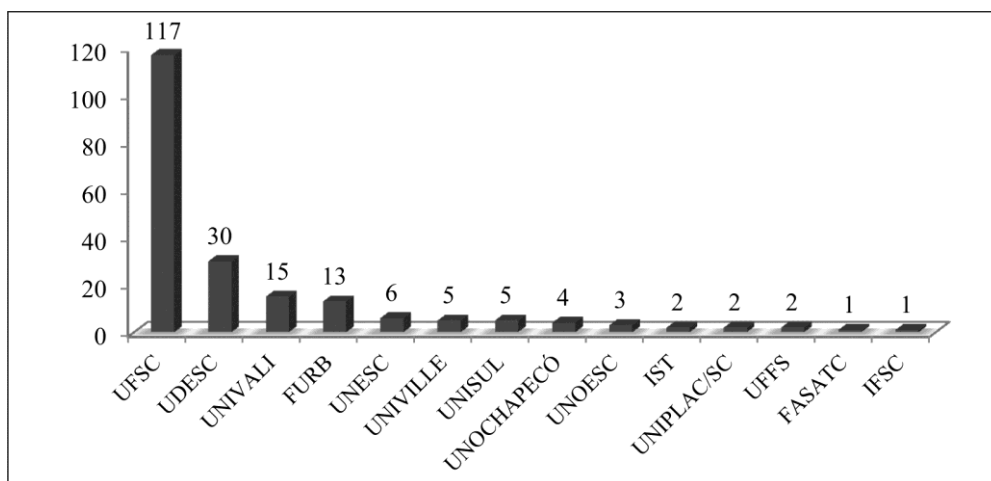
Gráfico 1 – Distribuição de mestrados e doutorados nas mesorregiões do estado de SC, 2013



Fonte: Elaboração pelos autores, com base no site da CAPES, 2013a.

As mesorregiões da Grande Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Sul e do Norte localizam-se na faixa litorânea do estado, ou próximas à BR 101. Juntas, detém 94,68% dos cursos de mestrado e doutorado. Restam 5,32% para as duas mesorregiões localizadas no interior, as mesorregiões Serrana e Oeste Catarinense. Ao todo, o estado oferece 207 cursos de PG. A UFSC, sozinha, oferece 117 cursos, ou seja, 56,52%, conforme já apontado, porém com melhor visualização no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Cursos de mestrado e doutorado por IES no estado de Santa Catarina, 2013



Fonte: Elaboração pelos autores, com base no site da CAPES, 2013a.

As assimetrias intrarregionais constadas nas mesorregiões do estado de Santa Catarina reproduzem-se, igualmente, na distribuição de docentes, discentes e bolsistas vinculados a cursos de PG. As Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas em mesorregiões litorâneas do estado detêm 98,06% dos docentes. Desses, 78,45% são de IES da mesorregião da Grande Florianópolis, pelo fato de lá localizar-se a UFSC. As IES das mesorregiões Serrana e Oeste, situadas no interior do estado, contam com 1,94% dos docentes. As disparidades estendem-se às matrículas nos cursos de PG: as quatro mesorregiões litorâneas concentram 98,19% das matrículas, restando 1,81% para as duas mesorregiões interioranas. A mesorregião da Grande Florianópolis, sozinha, detém 79,07% das matrículas. Tais números podem ser visualizados na tabela, a seguir.

Tabela 2 – Distribuição de docentes, discentes matriculados, discentes titulados e bolsistas nas mesorregiões do Estado de Santa Catarina – 2011

Mesorregião	Docentes	Discentes Matriculados	Discentes Titulados	Bolsas
Total	2.329	7.458	2.244	2.731
Grande Florianópolis	1.827	5.897	1.684	2.555
Vale do Itajaí	272	848	320	124
Sul	112	336	120	39
Norte	73	242	64	9
Oeste Catarinense	33	105	31	3
Serrana	12	30	25	1

Fonte: Elaboração pelos autores, com dados do GeoCapes, 2011.

3 AS POLÍTICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO VISTAS DE OUTRA PERSPECTIVA

Como se constatou acima, os números da expansão da PG *stricto sensu* são expressivos, contudo, não em algumas realidades. Por conseguinte, pensar que as políticas da CAPES dão conta da realidade em seu todo não corresponde à materialidade. Onde está a contradição? Esta encontra-se nas próprias políticas de PG formuladas pela CAPES, uma vez que não contemplam a realidade de IES situadas em mesorregiões interioranas do país.

Com o objetivo de analisar e tentar elucidar essa contradição, ouviu-se o que dizem dirigentes e professores universitários, entre eles, quatro reitores, quatro pró-reitores de pesquisa e pós-graduação e cinco coordenadores de programas de mestrado de quatro universidades do segmento comunitário, situadas na mesorregião Oeste Catarinense, quais sejam: a Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc); a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); a Universidade do Contestado (UnC); e, a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Organizou-se instrumento de pesquisa, na forma de questionário *on line*, a partir de quatro categorias de análise. Obteve-se retorno de nove sujeitos de pesquisa.

As categorias de análise foram construídas a partir do escopo institucional da CAPES (identidade, missão e finalidades), das políticas de PG vigentes, das assimetrias intrarregionais e da proposição de novas políticas pelos sujeitos de pesquisa. Optou-se por analisar aquelas categorias que pudessem, de um lado, contribuir com a análise das contradições das políticas de PG vigentes e, de outro, propor elementos para a formulação de novas políticas, de modo a minimizar a problemática das assimetrias presentes em regiões distantes dos grandes centros.

3.1 MANIFESTAÇÕES SOBRE O ESCOPO INSTITUCIONAL DA CAPES

A primeira categoria de análise submetida à manifestação dos sujeitos de pesquisa foi a que tratou do escopo institucional da CAPES explicitado em seu *site*. Nele, estão contempladas sua identidade, missão e finalidades. Entre as manifestações colhidas dos sujeitos de pesquisa, duas necessitam ser analisadas. A primeira refere-se à missão da CAPES. No instrumento de pesquisa, solicitou-se a posição dos sujeitos com base na seguinte afirmativa: “A CAPES cumpre com êxito a missão de: ser agência de

fomento e avaliação da pós-graduação; possibilitar o acesso e divulgação da produção científica; promover a cooperação científica internacional; induzir e fomentar a formação inicial e continuada para a educação básica.” (CAPES, 2013d). Apenas um sujeito de pesquisa concordou totalmente com o êxito da missão da CAPES. Os demais, ou concordaram, ou discordaram parcialmente. Ou seja, para 88,88% dos sujeitos de pesquisa, a CAPES não cumpre com êxito sua missão.

A segunda manifestação colhida dos sujeitos de pesquisa em relação ao escopo institucional da CAPES referiu-se ao papel que esta exerce na expansão e consolidação da PG. A afirmativa foi assim formulada: “A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação em todos os estados da Federação.” Apenas dois sujeitos de pesquisa discordaram totalmente com a afirmativa e sete concordaram parcialmente. Há, portanto, a percepção de que a CAPES desempenha parcialmente seu papel na expansão e consolidação da PG em todos os estados da Federação, ou sequer desempenha esse papel, confirmando-se a problemática da existência de assimetrias intrarregionais na distribuição dos PPGs.

3.2 MANIFESTAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE PG VIGENTES

A segunda categoria de análise trouxe para discussão “as políticas decisórias nas estratégias de fomento, avaliação, planejamento e articulação da CAPES.” Entre as seis afirmativas disponibilizadas aos sujeitos de pesquisa com base nessa categoria, foi necessário analisar duas delas. A primeira foi assim formulada: “os mecanismos de articulação política da CAPES são perceptíveis por sua proximidade e conhecimento da realidade das instituições universitárias, especialmente as do interior do país.” Colheu-se dos sujeitos de pesquisa as seguintes manifestações: 33,33% posicionaram-se em discordância total; outros 55,56% em discordância parcial; apenas 11,11% concordaram parcialmente e nenhum dos respondentes concordou totalmente com a política de articulação da CAPES.

As respostas permitem inferir que os mecanismos de articulação política da CAPES não são perceptíveis pelos sujeitos de pesquisa representantes das universidades da mesorregião Oeste Catarinense. Analisando-se o escopo conceitual dessas IES, observa-se que todas deixam claro seu compromisso social com o desenvolvimento

regional. Como, então, implantar e consolidar a PG em universidades do interior do país, cujas características diferem de universidades de grandes centros urbanos, se a CAPES, na visão dos sujeitos de pesquisa, não considera essa realidade em suas políticas?

Essa questão repete-se na manifestação dos sujeitos de pesquisa quando estes são chamados a posicionar-se em relação à seguinte afirmativa: “as políticas da CAPES levam em consideração o compromisso social das universidades com a inserção na realidade local/regional e com o desenvolvimento regional.” Um terço dos sujeitos de pesquisa manifestou sua discordância total em relação a esta afirmativa; outro terço, dela discordou parcialmente; e um terço com ela concordou parcialmente. Não há respondentes concordando totalmente com a afirmativa. Portanto, admitir que as políticas da CAPES levam em consideração o compromisso social das universidades com a inserção na realidade local/regional e com o desenvolvimento regional está longe de ser uma unanimidade.

3.3 MANIFESTAÇÕES SOBRE AS ASSIMETRIAS INTRARREGIONAIS

Assimetrias são disparidades, desproporções e discrepâncias existentes entre as regiões na oferta da PG. Possuem correlação com as desigualdades socioeconômicas e culturais do país. Constituem-se num problema crônico, reconhecido pela CAPES. O PNPG 2011–2020 refere-se a vários tipos de assimetrias: “entre regiões, entre instituições na própria região, nas mesorregiões ou nos estados e entre áreas de conhecimento.” (CAPES, 2010, p. 145). Há ainda assimetrias na distribuição dos docentes, dos discentes matriculados e formados e de bolsas de estudo. A CAPES afirma estar combatendo as assimetrias, como se lê no Plano: “Homólogas às desigualdades socioeconômicas e culturais entranhadas na nação brasileira, as assimetrias regionais constatadas no sistema nacional de pós-graduação vêm sendo combatidas por meio de políticas de incentivos e indução.” (CAPES, 2010, p. 145). Contudo, não é essa a posição de professores e dirigentes das quatro universidades comunitárias participantes do estudo. Instigados a posicionarem-se sobre essa questão, um terço deles concordou totalmente com a seguinte afirmativa: “as assimetrias são consequência da adoção de políticas pela CAPES que desconsideram as diferentes

realidades regionais e intrarregionais, dificultando a implantação de cursos de mestrado e doutorado pelas universidades localizadas fora dos eixos dos grandes centros e da faixa litorânea.” Outro terço dos sujeitos de pesquisa concordou parcialmente com a afirmativa. Os demais respondentes dela discordaram parcialmente (22,22%), ou totalmente (11,11%).

Infere-se, pelos posicionamentos, que as assimetrias são decorrentes de políticas que não contemplam as diferentes realidades regionais e intrarregionais. O próprio sistema é, portanto, responsável pela existência e reprodução das assimetrias regionais e intrarregionais. Enquanto esse ciclo não for interrompido, as assimetrias continuarão a se nutrir de induções do próprio sistema que precisam ser problematizadas e redirecionadas (BORTOLOZZI; GREMSKI, 2004).

A posição dos sujeitos de pesquisa sobre essa questão é recorrente em outra afirmativa da mesma categoria de análise, assim formulada: “a concentração da oferta da pós-graduação nos grandes centros do país é um fenômeno que não possui relação direta com as políticas de pós-graduação da CAPES.” Um terço dos respondentes discordou totalmente do conteúdo da afirmativa. Outros 55,55% dele discordaram ou concordaram parcialmente e outros 11,11% concordam totalmente com a afirmação.

Pode-se concluir que, na visão dos sujeitos de pesquisa, o problema das assimetrias na distribuição regional e intrarregional da PG possui relação direta com as políticas da CAPES. Definir políticas de indução e incentivo à PG sem ter as mesorregiões de cada unidade da federação como perspectiva, certamente não é a melhor política para a redução das assimetrias intrarregionais. As regiões metropolitanas continuarão concentrando a excelência na pós-graduação.

4 NOVAS POLÍTICAS

A última categoria submetida à análise de professores e dirigentes das quatro universidades comunitárias em questão teve como objetivo “propor elementos para a formulação de novas políticas públicas indutoras da descentralização da pós-graduação.” Para isso, foram apresentadas aos respondentes 10 proposições. Optou-se por analisar aquelas que pudessem apontar para caminhos com perspectivas de solução do problema levantado. A primeira proposição apresentou para discussão a questão dos

princípios da flexibilidade e da autonomia dos sistemas de ensino e das universidades. Para 77,78% dos sujeitos de pesquisa, “o sistema nacional de PG precisa assegurar, em suas políticas, os princípios da flexibilidade e da autonomia dos sistemas de ensino e das universidades.” Os demais respondentes concordaram, ou discordaram parcialmente da proposição.

Não há nada de novo nessa questão, uma vez que tais princípios são defendidos pela própria CAPES, em seus Planos. Contudo, as políticas de indução desses princípios ainda não chegaram ao interior do país. A maior dificuldade da CAPES está na compreensão do que significa o princípio da autonomia dos sistemas de ensino e das universidades, especialmente em relação ao alcance de suas implicações. O sistema de PG é excessivamente centralizador, não deixando margem de manobra às universidades, a não ser criar os programas e submetê-los aos processos da avaliação. Os Planos são nacionais, genéricos e distantes da realidade das unidades da federação e das universidades do interior do país. São feitos com base na realidade das grandes universidades para atender aos centros de excelência localizados nos conglomerados urbanos da orla litorânea do país. Para Bianchetti, “ao afirmar que a CAPES está induzindo a maneira como se organiza, como funciona, enfim, como fazemos a pós-graduação, hoje, estamos afirmando que a autonomia está limitada, reduzida, e que muito do que fazemos, o fazemos desta forma, ou encerrados nesta fôrma, porque não temos liberdade de fazer de outra.” (2008, p. 145).

A segunda proposição apontou para outra questão relevante: “o compromisso social das universidades com a inserção na realidade local/regional e com o desenvolvimento regional.” A posição dos sujeitos de pesquisa é inequívoca: entre eles, 77,78% entendem que a CAPES deveria considerar, em suas políticas, o compromisso social das universidades com a inserção na realidade local/regional e com o desenvolvimento regional. Outros 22,22% concordaram parcialmente com a proposição. Machado, ao defender o modelo de educação superior representado pelas universidades comunitárias presentes nos estados de SC e RS, lembra que essas instituições “resultaram da associação de esforços dos diversos segmentos da sociedade civil, preocupados em alavancar o desenvolvimento socioeconômico e cultural de suas comunidades.” (2009, p. 75). O ideário do desenvolvimento regional torna-se imperativo e mais visível em universidades de natureza comunitária localizadas em

mesorregiões distantes dos grandes centros, uma vez que o vínculo com as questões e problemas regionais é parte constituinte de sua missão.

O terceiro elemento proposto como política de indução da descentralização da PG foi assim formulado: “As políticas de indução e incentivo à PG devem priorizar as regiões distantes dos grandes centros e da faixa litorânea como estratégia de redução das assimetrias.” Para 55,56% dos sujeitos de pesquisa, esta é a melhor estratégia para reduzir as assimetrias. Outros 44,44% concordaram parcialmente com a proposição. Não há nenhum tipo de discordância.

A CAPES entende que as assimetrias estão relacionadas à ausência de PPGs em um número significativo de mesorregiões. Segundo ela, “tal ausência pode ocorrer tanto pela inexistência de IES, como pela deficiência das políticas de indução empregadas até o momento.” (2010, p. 152). Mais adiante, conclui: “o quadro atual requer uma redefinição dessa política, articulando os governos estadual e federal, para garantir o processo de interiorização do ensino superior de qualidade, sintonizado com as vocações regionais em todo o território nacional.” (p. 152). A mesorregião Oeste Catarinense possui quatro universidades comunitárias e uma universidade pública federal. Portanto, as assimetrias não estão relacionadas à inexistência de instituições universitárias, mas ao alcance das políticas de indução adotadas até o momento. A principal delas tem a ver com os recursos financeiros gerenciados pela CAPES, destinados a grupos de pesquisa de excelência, pouco restando a grupos emergentes. A redução das assimetrias passa necessariamente, entre outros aspectos, pelo apoio e fortalecimento de grupos emergentes distantes dos grandes centros.

Duas outras categorias relacionadas à proposição de novas políticas para a PG necessitam ser analisadas. Dizem respeito ao sistema de avaliação adotado pela CAPES. Uma delas reivindica que este processo de avaliação inclua em seus parâmetros o impacto que os programas exercem no processo de desenvolvimento regional (CAPES, 2013b). Foi assim formulada: “O sistema de avaliação da PG deve incluir em seus parâmetros o impacto e a relevância social que os programas de mestrado e doutorado exercem no processo de desenvolvimento regional.”

A outra categoria de análise refere-se às peculiaridades e características das universidades do interior do país e à questão do produtivismo academicista. Foi assim formulada: “É urgente introduzir novos parâmetros nos processos de avaliação da PG,

incrementando critérios e instrumentos que levem em consideração as peculiaridades e características das instituições do interior do país, corrigindo distorções tais como a primazia ao produtivismo acadêmico.”

As posições dos sujeitos de pesquisa para as duas categorias de análise acima referidas são idênticas. Para 55,56% dos sujeitos de pesquisa, o sistema de avaliação da PG deveria incluir em seus parâmetros o impacto e a relevância social que os programas exercem no processo de desenvolvimento regional, assim como as peculiaridades e características das instituições do interior do país. Outros 33,33% concordam parcialmente com as proposições e 11,11% delas discordam parcialmente. A CAPES, ao longo dos últimos anos, vem introduzindo novos critérios de avaliação em seus instrumentos, entre eles a questão da inserção e do impacto regional e (ou) nacional que os programas de PG possam estar produzindo. Contudo, não seria oportuno rever o peso dado e esse critério? Adotar parâmetros idênticos de avaliação a realidades sociais e institucionais tão distintas é política reveladora do centralismo da PG fomentada e avaliada pela CAPES, origem das assimetrias crônicas na distribuição regional dos programas pelo país.

Para Sguissardi, o modelo CAPES de avaliação, por suas características, “tende a incentivar a competição entre os programas de uma mesma área, a substituir a autonomia pela heteronomia e a conduzir à conformidade.” (2008, p. 861). A finalidade maior da PG *stricto sensu* não deveria ser a produção científica e sua respectiva publicação em si, mas o impacto que essa produção exerce no processo de desenvolvimento de uma região. Essa dimensão é pouco valorizada pelos instrumentos de avaliação da CAPES.

A produção em periódicos científicos nacionais na área da educação ampliou-se em mais de três vezes nos últimos dez anos. Contudo, não se avalia em que medida toda essa produção científica tem impactado ou não na melhoria da qualidade da educação em geral e particularmente nas regiões remotas do país. Produzir artigos acadêmicos em larga escala para publicá-los em periódicos apenas para alimentar o aplicativo Coleta de Dados CAPES é relevante do ponto de vista social? Que impacto as pesquisas realizadas no âmbito da PG produzem junto às mesorregiões menos desenvolvidas e distantes dos grandes centros? Em entrevista à *Veja*, em sua edição nº13, de 27 de março de 2013, o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq), Glaucius Oliva, afirmou: “Nossa ciência sempre foi muito ofertista, regida por uma lógica segundo a qual primeiro você investiga um assunto, depois pergunta se alguém está interessado nele”. Até pouco tempo atrás, observa Oliva, “o bordão no meio acadêmico era: produza alguma coisa, não importa o que nem para que.” (2013, p. 18).

Nos cinco PNPGs editados nas últimas três décadas, a meta de superar as diferenças regionais do país aparece em todos eles. Contudo, tais medidas têm se mostrado ineficazes, pois não surtem o objetivo desejado. Segundo Machado (2009, p. 75), “a partir do suposto universalmente aceito de que a ciência aliada à educação é fonte de desenvolvimento social e econômico de um país, consideramos que, para superar tais disparidades, a interiorização da educação superior outrora, e da pós-graduação atualmente, se configuram como caminhos necessários.” Para ter-se o posicionamento dos sujeitos de pesquisa a respeito, formulou-se a seguinte afirmativa: “As medidas para reduzir as assimetrias existentes na PG somente serão eficazes com políticas de indução, planejamento e incentivo identificadas com as vocações de cada mesorregião.”

A totalidade dos sujeitos de pesquisa converge para o mesmo posicionamento: a necessidade de se construir políticas públicas de indução e incentivo à expansão e consolidação de PPGs identificados com as vocações de mesorregiões localizadas no interior do país. Segundo Bianchetti, “enquanto não houver uma política pública clara a este respeito; enquanto predominar uma expansão “espontânea”, continuaremos a contar com uma baixa capilaridade do sistema, afinal, a educação, tratada como mercadoria, passa a ser regulada pelos princípios da oferta e da procura.” (2008, p. 151).

5 CONCLUSÃO

O presente estudo não teve a pretensão de apresentar a solução para o problema das assimetrias intrarregionais existentes na PG *stricto sensu*, mas de apontar algumas políticas que, se adotadas pela CAPES, certamente o minimizarão. Com base nas informações colhidas do banco de dados da CAPES, bem como dos sujeitos de pesquisa a respeito das assimetrias inter e intrarregionais, ficam aqui, a título de contribuição, algumas considerações.

Embora de diferentes perspectivas, há largo consenso entre o que revelam os dados do *GeoCapes* e a posição dos sujeitos de pesquisa em relação ao problema. Ou seja, o problema é comum a todos: universidades e CAPES. A segunda consideração, não menos importante, diz respeito à solução do problema. Por conta de sua complexidade, não há solução fácil. Sabe-se que há variáveis históricas, políticas e sociais relacionadas à questão. Do ponto de vista histórico, a universidade chegou ao interior do país tardiamente. E chegou, quase sempre, pela iniciativa das próprias comunidades. É o caso das universidades comunitárias de Santa Catarina, bem como as do RS. Por conseguinte, também a PG é tardia nessas universidades. As IES da mesorregião Oeste Catarinense, ouvidas nesse estudo – por meio de alguns dos seus representantes –, embora classificadas pelo sistema nacional como universidades particulares, possuem peculiaridades que precisam ser reconhecidas, entre elas, a função social e histórica que desempenharam no processo de interiorização da educação superior. Então por que as alinhar às universidades públicas? Por que dar às universidades comunitárias o mesmo trato dado aos centros de excelência localizados nos grandes conglomerados urbanos? A persistir tal visão, as assimetrias reproduzir-se-ão *ad eternum*.

Assim como a graduação, também as políticas de indução e incentivo à expansão e consolidação da PG para o interior do país são tardias e, quando formuladas e implantadas, se apresentaram insuficientes e ineficazes diante do tamanho do problema. Essa questão ficou evidenciada nas manifestações dos sujeitos de pesquisa em relação às políticas de PG formuladas pela CAPES. São vozes dissonantes, mas precisam ser levadas a sério. Suas manifestações podem não soar de forma afinada aos ouvidos de quem está à frente do Sistema de PG com o olhar dos grandes centros, mas afinam-se aos ouvidos daqueles que a olham de outra perspectiva: a perspectiva periférica e distante dos centros de excelência.

Por último, mais importante que dissonar das políticas de PG vigentes é a atitude de propor elementos que possam constituir novo referencial político-conceitual a ser assumido pela CAPES. Entre os elementos propostos pelos sujeitos de pesquisa, destacam-se: o cumprimento aos princípios da flexibilidade e da autonomia em relação aos sistemas de ensino e às universidades, especialmente na questão das políticas de avaliação; o pressuposto do compromisso social das universidades com a inserção na

realidade local/regional e com o desenvolvimento regional; a indução da expansão da PG por meio de universidades localizadas em regiões distantes dos grandes centros; maior peso ao quesito que avalia a participação das universidades do interior do país no processo de desenvolvimento regional; a correção de distorções tais como a primazia ao produtivismo academicista, incrementando-se nos processos de avaliação critérios e instrumentos que levem em consideração as peculiaridades e características das universidades do interior do país; planejamento da PG, indução e incentivo identificados com as vocações de cada mesorregião; ampliação da parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados da federação como estratégia eficaz de combate às assimetrias. Acredita-se que esse conjunto de novas políticas, se adotadas pela CAPES, pode, pelo menos, minimizar o problema. Para isso, é preciso que se promova uma mudança de paradigmas.

REFERÊNCIAS

- BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação na ibero-américa. Conflito de temporalidades. Tradição x Modernidade. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 649-671, jul./dez. 2011.
- _____. Pós-graduação: processo e resultados de uma “indução voluntária”. *Universidade e Sociedade*. Brasília, DF: ANDES, ano XVII, nº 41, jan. 2008.
- BORTOLOZZI, Flávio; GREMSKI, Waldemiro. Pesquisa e pós-graduação brasileira: assimetrias. *R B P G*, v. 1, n. 2, p. 35-52, nov. 2004.
- CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- _____. *Cursos recomendados*. Brasília, DF: CAPES, 2013a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 8 abr. 2013.
- _____. *Documento de Área 2009*. Brasília, DF: CAPES, 2013b. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/EDUCA_19jun10.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- _____. *GeoCapes*. Brasília, DF: CAPES, 2013c. Disponível em: <<http://www.geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- _____. *História e missão*. Brasília, DF: CAPES, 2013d. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília, DF: IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol03.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MACHADO, Ana Maria Netto. Universidades comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, João Pedro (Org.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009, p. 74-92.

SGUISSARDI, Valdemar. Regulação estatal *versus* cultura de avaliação institucional? *Avaliação*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 857-862, nov. 2008.

VEJA. São Paulo: Abril, ano 46, nº 13. Entrevista com Glaucius Oliva, p. 15-19.